



HISTÓRIA DO BRASIL

Período Regencial (1831-40)



No período que foi de 1831 até 1840, o Brasil foi governado por regentes, uma vez que D. Pedro de Alcântara (futuramente D. Pedro II) ainda era menor de idade e a

constituição imperial previa que o país seria governado por um conselho de três regentes eleitos pelo legislativo enquanto D. Pedro de Alcântara não atingisse a maioridade.

Para alguns historiadores, o período regencial foi uma experiência muito próxima da república, pois havia eleições para o executivo e troca de governadores após o período de mandato. Este período foi marcado por grandes embates políticos e pela luta armada em várias regiões do país.

1. Regência Trina Provisória (1831)

De abril a junho de 1831, assumiu o governo uma regência trina provisória, uma vez que o legislativo não estava reunido no momento da abdicação de D. Pedro I. Os membros dessa regência eram Lima e Silva, Carneiro Campos e o Senador Vergueiro.

De início, os regentes decidiram pela suspensão do poder moderador.

2. Regência Trina Permanente (1831-35)

Após reunião do legislativo foi eleita então a Regência trina Permanente, composta por Lima e Silva, Bráulio Muniz e Carvalho Costa. Destaca-se deste período, o ministro da justiça, **Padre Feijó**, responsável pela criação da **Guarda Nacional**, do **Código do Processo Criminal** e do **Ato Adicional**.

3. Regência Una de Feijó (1835-37)

- Oposição dos regressistas;
- Eclosão de Revoltas regenciais;
- Renúncia de Feijó.



4. Regência Una de Araújo Lima (1837-40)

- Centralização do poder;
- Lei Interpretativa do Ato Adicional (1840) – reduz poder das províncias / enfraquece assembleias provinciais.
- Liberais: Golpe da maioria

O período regencial, que se iniciara em 1831, teve no Ato Adicional de 1834 um alento de abertura liberal e um ensaio de regime menos centralizado. Para os monarquistas conservadores, a Regência foi uma “verdadeira” república, tendo mostrado sua ineficiência. [...]

A Regência foi sacudida por várias rebeliões localizadas: a Cabanagem, no Pará, a Balaiada, no Maranhão, a Sabinada, na Bahia e [...] a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul. Essas rebeliões, que atestavam o descontentamento com o governo central, também espelhavam as tensões sociais do Brasil independente. A resposta a essas manifestações veio com a antecipação da maioria do imperador, em 1840, para justificar a nova centralização do poder. O medo à “desordem” e à “anarquia” congregou antigos opositores políticos num esforço conjunto para recuperar a ordem nacional.

PRADO, Maria Lígia. A formação das nações latino-americanas. Editora Atual, SP.

Revoltas Regenciais

A instabilidade política do período regencial leva às chamadas “**Rebeliões Regenciais**”. Entre suas motivações estava o excesso de centralização política, a cobrança de inúmeros tributos, e a situação de miséria em que se encontrava a maioria da população.

Nesse momento houve a clara possibilidade do Brasil ter se fragmentado, a partir da influência de ideias republicanas, como ocorreu na Sabinada, na Cabanagem e Revolução Farroupilha.



Um ciclo de revoltas - Podemos perceber que o Brasil apresentou entre 1789 e 1850 uma série de revoltas, que vão da Inconfidência Mineira até a Revolta Praieira, que tem pelo menos um aspecto comum: são influenciadas direta ou indiretamente pela onda liberal/iluminista que assolava a Europa nesse momento. Então podemos considerar ainda movimentos como a Revolução Farroupilha como *ecos da Marselhesa* (obviamente destacando um contexto diferenciado).

A Revolta dos Malês (Bahia, 1835)

Foi uma revolta de escravos muçulmanos que ocorreu em Salvador, na madrugada de 23 para 24 de janeiro de 1835. Envolveu mais de 700 negros, entre escravos e ex-escravos, que lutavam pela liberdade. Porém, como houve denúncia da rebelião, as forças policiais deram fim imediatamente a esta que foi a **maior rebelião urbana de escravos do Brasil**.

A Cabanagem (Pará, 1835 - 1840)

Teve como ponto de partida as disputas locais em torno da nomeação do presidente da província o que dividiu a elite paraense. Devido a condição de miséria em que vivia a população, a revolta contou com a adesão de índios, mestiços e negros que, moravam em cabanas, a beira dos rios, devendo a este fato o nome do movimento. Em 1835, os Cabanos tomaram a cidade de Belém, as forças do Governo Central conseguem retomar o poder, porém, perde novamente para os revoltosos, instala-se por dez meses um governo de caráter eminentemente popular, que acaba sendo traído por vários participantes. Como não havia consenso entre seus líderes, e indefinições quanto aos rumos do governo, acontece o esvaziamento da revolta.

Em 1836, Feijó enviou uma poderosa força militar para a região, os Cabanos resolveram deixar a capital e resistir no interior. A repressão foi violenta, o Pará foi “pacificado” às custas de um total de mortos superior a 30 mil, perto de 20% de toda a população da província.

A Balaiada (Maranhão, 1838 - 1841)

Foi mais uma manifestação resultante da crise pela qual passava a sociedade brasileira durante o período regencial. Origina-se nas disputas políticas pelo controle do poder local. Os rebeldes eram formados pela camada pobres e miserável da região, incluindo escravos que sonhavam com a liberdade. Contestavam os privilégios dos latifundiários e comerciantes portugueses.

Os principais líderes do movimento foram o vaqueiro Raimundo Gomes, apelidado de “Cara Preta”, Manuel dos Anjos Ferreira, o “Balaio”, fabricante de balaios (daí a inspiração para o nome da revolta), e o negro Cosme Bento das chagas, que liderou uma força de cerca de 3 mil escravos fugitivos. O negro Cosme denominava-se Tutor e Defensor das Liberdades Bem-te-vis, os balaios eram também conhecidos como bem-te-vis, nome derivado de um jornal.

Ocorreram várias manifestações, inclusive no interior da província. Chegaram até mesmo a ocupar a Vila de Caxias, importante centro urbano da província.

Devido às divergências entre seus líderes e à falta de unidade entre rebeldes, o movimento entrou em rápido declínio. Quando então foi nomeado para reprimi-lo o coronel Luís Alves de Lima e Silva. O governo imperial consegue a rendição de muitos rebeldes, oferecendo-lhes anistia, inclusive aos chefes que ajudassem a perseguir aqueles que continuavam rebelados. Aliás, foi graças a essa vitória que o coronel recebeu o título de Barão de Caxias.

A Sabinada (Bahia, 1837 – 1838)

O excesso de autonomia local, as dificuldades econômicas vivenciadas pela província já há muito tempo, o descontentamento dos grupos médios urbanos e a resistência da população local contra as determinações do governo central, foram os principais motivos para explosão do movimento. A revolta inicia quando da instituição do recrutamento forçado para a formação de tropas que iriam combater os farroupilhas no Rio Grande do Sul.

Liderado pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, a quem se deve o nome da revolta, que utilizava seu jornal, o Novo Diário da Bahia, para criticar o governo dos regentes e o presidente da província.

Tinham como objetivo separar a Bahia do resto do Brasil e organizar uma república com caráter provisório, até a maioria de D. Pedro de Alcântara. Buscavam, sobretudo, manter a autonomia provincial conseguida com o Ato Adicional de 1834, assumiram também, o compromisso de libertar os “crioulos” (escravos nascidos no Brasil) que apoiassem a revolução, mantendo, porém, os demais sob o cativo.

Os revoltosos acabaram encurralados na Capital, pelas tropas da polícia local. Em 1838, chegaram as tropas do governo central, contaram com o apoio dos senhores de engenho da região do Recôncavo. Ao final da violenta repressão, muitos revoltosos foram queimados vivos, e os prisioneiros foram entregues a um

grupo, composto pelos grande proprietários rurais da província, cuja crueldade valeu-lhe o apelido de Júri de Sangue.

A Revolução Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835 – 1845)

Foi a mais longa rebelião da história brasileira. Em 1824, os estancieiros e charqueadores viram frustradas as suas intenções políticas. O primeiro presidente da província nomeado por D. Pedro I se apresentava desvinculado dos problemas locais.



Em 1825 acontece a Guerra Cisplatina, que alongou-se até 1828. O Brasil perdeu a guerra e surgiu a República Oriental do Uruguai. O que afetava grandemente os estancieiros e charqueadores, pois muitos perderam as terras que possuíam na Antiga Cisplatina ficando impedidos de se utilizarem do gado e das pastagens do Uruguai.

Uma sentimento antigoverno imperial tomou conta do Rio Grande. Em meio a essa situação, foi **fundado em 1831 o Partido Farroupilha com o ideário exaltado**. Nos anos que se seguiram a abdicação de D. Pedro I até o Ato Adicional de 1834, a agitação político-partidária tomou conta das ruas da Corte e das principais cidades do Rio Grande de São Pedro. Os liberais exaltados não poupavam esforços em criticar o governo regencial e **Propunham mudanças radicais na estrutura do poder, entre elas o federalismo, a abolição do poder moderador e a promulgação de uma nova carta constitucional, reivindicavam, ainda, maior autonomia provincial e a redução dos altos impostos que incidiam sobre o charque gaúcho**, que, dessa forma, não tinha condições de competir em situação de igualdade com o charque platino. A situação era bem diferente do que ocorria no restante do país, onde a economia se voltava predominantemente ao mercado externo.

Em 20 de setembro de 1835, Teve início a Revolução Farroupilha, quando Bento Gonçalves, filho de um rico proprietário de terras no Rio Grande do Sul, toma a cidade de Porto Alegre. **O objetivo imediato era pressionar o regente do Brasil, padre Feijó, a apoiar a deposição do então presidente da Província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga**. Todavia, os rio-grandenses se dividiram. Em alguns locais se concentravam os legalistas, aqueles que defendiam a ordem monárquica e, em outros os farroupilhas.

TESTES

1. (Enem 2010) Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos "barões do café", para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro.

O contexto do Período Regencial foi marcado

- a) por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia.
- b) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.
- c) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.
- d) pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos "barões do café".
- e) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.

2. (UFSM 2003) O Período Regencial no Império brasileiro (1831-1840) caracterizou-se pelo governo exercido por representantes do Poder Legislativo que promoveram

- a) uma estabilidade política fundamentada no centralismo e na ampliação das atribuições do poder Moderador.
- b) a criação da Guarda Nacional em 1831, composta por tropas de confiança e controlada, principalmente, pelos grandes fazendeiros, que receberam o posto de comando e o título de coronéis.
- c) a mudança da Constituição de 1824 através do Ato Adicional de 1834, no qual a Regência Una passaria a ser Trina e o poder municipal se restringiria ao Executivo.
- d) a criação das faculdades de Direito de São Paulo, de Olinda/ Recife e de Porto Alegre, com o fim de formar uma classe política nacional diferenciada das influências recebidas nas universidades portuguesas.
- e) o surgimento de movimentos armados, que contestavam a legalidade do governo regencial, como a Revolução Pernambucana, a Cabanagem e a Revolução Farroupilha.

3. (Uel) No governo do regente Araújo Lima (1837-1840) foi aprovada a Lei de Interpretação ao Ato Adicional. Esta lei

- a) modificava alguns pontos centrais da Constituição vigente, extinguindo o Conselho de Estado, mas conservando o Poder Moderador e a vitaliciedade do Senado.
- b) buscava a centralização como forma de enfrentar os levantes provinciais que ameaçavam a ordem estabelecida, limitando os poderes das Assembléias Legislativas Provinciais.
- c) criava o Município Neutro do Rio de Janeiro, território independente da Província, como sede da administração central, propiciando a centralização política.
- d) revelava o caráter liberal dos Regentes, suspendendo o exercício do Poder Moderador pelo governo, eixo da centralização política no Primeiro Reinado.
- e) restabelecia os poderes legislativos dos Conselhos Municipais, colocando nas mãos dos conselheiros o direito de governar as Províncias.

4. (Uff) O Período Regencial, compreendido entre 1831 e 1840, foi marcado por grande instabilidade, causada pela disputa entre os grupos políticos para o controle do Império e também por inúmeras revoltas, que assumiram características bem distintas entre si. Em 1838, eclodiu, no Maranhão, a Balaiada, somente derrotada três anos depois. Pode-se dizer que esse movimento:

- a) contou com a participação de segmentos sertanejos - vaqueiros, pequenos proprietários e artesãos - opondo-se aos bem-te-vis, em luta com os negros escravos rebelados, que buscavam nos cabanos apoio aos seus anseios de liberdade;
- b) foi de revolta das classes populares contra os proprietários. Opôs os balaios (sertanejos) aos grandes senhores de terras em aliança com escravos e negociantes;
- c) foi, inicialmente, o resultado das lutas internas da Província, opondo cabanos (conservadores) a bem-te-vis (liberais), aprofundadas pela luta dos segmentos sertanejos liderados por Manuel Francisco dos Anjos, e pela insurreição de escravos, sob a liderança do Negro Cosme, dando características populares ao movimento;
- d) lutou pela extinção da escravidão no Maranhão, pela instituição da República e pelo controle dos sertanejos sobre o comércio da carne verde e da farinha - então monopólio dos bem-te-vis -, sendo o seu caráter multiclassista a razão fundamental de sua fragilidade;
- e) sofreu a repressão empreendida pelo futuro Duque de Caxias, que não distinguiu os diversos segmentos envolvidos na Balaiada, ampliando a anistia decretada pelo governo imperial, em 1840, aos balaios e aos negros de Cosme, demonstrando a vontade do Império de reintegrar, na vida da província, todos os que haviam participado do movimento.

5. (Ufrgs) Entre as medidas liberais determinadas pelo Ato Adicional de 1834, encontra-se a

- a) instituição do poder Moderador.
- b) convocação de Assembléia Constituinte para elaboração de novo projeto constitucional.
- c) eleição de uma Regência Trina Provisória em substituição ao Imperador Pedro I.
- d) criação de Assembléias Legislativas Provinciais.
- e) extensão do voto para todos os brasileiros.

Gabarito: 1.e / 2.b / 3.b / 4.b / 5.d